

PARECER N° : 2401002/2023 - CGM/INEXIGIBILIDADE

INTERESSADOS : SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL DE ALTAMIRA/PA E A EMPRESA MANOELLA BATALHA DA SILVA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, CNPJ N° 40.691.220/0001-23.

ASSUNTO : PARECER CONCLUSIVO DA ANÁLISE DO PROCEDIMENTO DE DISPENSA POR INEXIGIBILIDADE PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA AOS ENTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, EM ÁREAS ESPECIALIZADAS DO DIREITO ADMINISTRATIVO, MUNICIPALISTA E PROCESSUAL CIVIL JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL/FMAS.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°: 1301003/2023

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE N° 006/2023.

OBJETO: INEXIGIBILIDADE PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE ADVOCACIA E ASSESSORIA JURIDICA AOS ENTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, EM ÁREAS ESPECIALIZADAS DO DIREITO ADMINISTRATIVO, MUNICIPALISTA E PROCESSUAL CIVIL JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL/FMAS.

PARECER TÉCNICO - CONTROLE INTERNO

Preliminarmente, a **CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTAMIRA/PA - CGM**, por meio de servidor nomeado a exercer o cargo de Controlador Geral (**Decreto n° 1862 de 07/10/2022**), ao adotar rotinas de trabalho inerente a todo e qualquer Controle Interno, promove a fiscalização dos atos da administração, fundamentando-se nos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, alertando desde já que ao detectar possíveis irregularidades insanáveis em procedimentos administrativos ou licitatórios ou na execução orçamentária e financeira efetivamente realizada, por imposições constitucionais, encaminhará denúncia ao Ministério Público e comunicará aos Órgãos de Controle Externo sobre tais irregularidades. Partindo dessa premissa, passa a manifestar-se.



Tenha acesso a todos os canais oficiais da Prefeitura de Altamira apontando a câmera do seu smartphone fazendo a leitura do QRcode

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA - CNPJ: 05.263.116/0001-37
Rua Otaviano Santos, n°. 2288, SUDAM I
CEP: 68.371-288 - Altamira/PA
FONE: (93) 3515-3929

Trata-se da análise deste setor de Controle Interno quanto ao Procedimento de dispensa por Inexigibilidade nº 006/2023 que tem como objeto a contratação de empresa para prestar serviços de advocacia e assessoria jurídica aos entes da administração pública municipal, em áreas especializadas do direito administrativo, municipalista e processual civil junto à Secretaria Municipal De Assistência E Promoção Social/FMAS, por meio da empresa MANOELLA BATALHA DA SILVA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, CNPJ Nº 40.691.220/0001-23.

Após Análise da Assessoria Jurídica, os autos foram encaminhados a este Controle Interno para manifestação.

É o breve relatório.

1. DA ANÁLISE:

1.1 - DA FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO:

- a) Ofício nº 066/2023-GAB;
- b) Termo de Referência com as devidas JUSTIFICATIVAS, OBJETO, OBRIGAÇÕES, entre outros;
- c) Documento de Formalização de Demanda - DFD
- d) Proposta de Preço da pessoa jurídica MANOELLA BATALHA DA SILVA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, CNPJ Nº 40.691.220/0001-23, no **VALOR GLOBAL DOS CONTRATOS DE R\$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais)** referente aos serviços prestados a **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL DE ALTAMIRA/PA;**
- e) Anexo de atestado de capacidade técnica, a fim de demonstrar a **compatibilidade de valores** e a **notória especialização** da referida empresa;
- f) Despacho para contabilidade solicitando análise e parecer prévio quanto à disponibilidade orçamentária e indicação dos recursos orçamentários para pagamento;
- g) Despacho da contabilidade indicando os recursos orçamentários disponíveis;
- h) Declaração de adequação orçamentária e financeira pelo respectivo ordenador de despesas;
- i) Autorização da Secretária Municipal de Assistência e Promoção Social;
- j) Termo de autuação de processo;
- k) Documentação da empresa quanto a qualificação jurídica,



regularização fiscal e trabalhista, econômico-financeira e qualificação técnica;

- l) Termo de Inexigibilidade de Licitação com as devidas justificativas, expedido pela Sra. Jessica Brenda Araújo Mota - Presidente da Comissão de Licitação;
- m) Minutas do Contrato;
- n) Parecer jurídico assinado pelo **Dr. ELY BENEVIDES DE SOUSA NETO**, OAB/PA-nº12.502, manifestando-se pela regularidade jurídico-formal e que não foi observado óbice legal ao presente procedimento de inexigibilidade;

1.2 - DA ANÁLISE JURÍDICA:

Em atenção a exigência legal contida no parágrafo único do art. 38, da Lei nº 8.666/93, foi exarado o Parecer Jurídico assinado pelo Dr. ELY BENEVIDES DE SOUSA NETO - OAB/PA 12.502, no qual a Assessoria Jurídica deste município manifestou-se favoravelmente ao prosseguimento do feito, atestando a legalidade dos atos praticados até o momento.

1.3 - DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Após análise da Assessoria Jurídica, os autos foram encaminhados a esse Controle Interno para manifestação acerca dos procedimentos até aqui adotados por este órgão a fim de resguardar a Administração Pública por meio de orientações preventivas nas áreas contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, verificando a legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade e desempenho na administração dos recursos e bens públicos, não adentrando na conveniência e oportunidade dos atos praticados.

Preliminarmente, cumpre salientar que versam os autos sobre a contratação de empresa para prestação de serviços de advocacia e assessoria jurídica aos entes da administração pública municipal, em áreas especializadas do direito administrativo, municipalista e processual civil junto à Secretaria Municipal De Assistência E Promoção Social.

Consta dos autos a fundamentação para contratação por inexigibilidade, através de justificativa subscrita pela Presidente de Licitação, a Sra. Jéssica Brenda Araújo Mota, fundamentando seus argumentos no art. 25, II da Lei de Licitações e Contratos Públicos:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:



II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

Deste modo, para se enquadrar na hipótese de inexigibilidade, não basta que o serviço seja técnico especializado, mas também deve ter caráter singular. Os serviços técnicos especializados encontram-se expostos, a título exemplificativo, no art. 13, da Lei nº 8.666, de 1993, donde se extrai que para assim se classificarem, devem depender de qualificação especial, motivo este presente nas razões da escolha e o objeto da aquisição do serviço.

Quanto ao requisito da notória especialização, esta se trata de um reconhecimento público de qualidade e eficiência no desempenho de sua atividade, conforme a dicção do § 1º do art. 25, da Lei nº 8.666, acima transcrito. Neste sentido, a doutrina adverte que: "*para a contratação direta, devem os profissionais ou as empresas revestir-se de prestígio e reconhecimento no campo de sua atividade.*"

Pois bem, a fim de comprovação deste íterim, vislumbra-se nos autos a presença de atestados de qualificação técnica e atestados de capacitação técnico.

Quanto ao justo preço, foi justificado através de contratos referente aos serviços prestados relativos ao objeto aludido, comprovando que o preço requerido está em conformidade à média cobrada pela empresa **MANOELLA BATALHA DA SILVA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, CNPJ nº 40.691.220/0001-23, razão pela qual apresenta nota técnica dispondo os fundamentos fáticos adotados na escolha.

1.4 - Da Instrução Processual:

Sendo a Secretária Municipal de Assistência e Promoção Social, a Sra. Maria das Neves Morais Azevedo, responsável pela apresentação de Justificativa e a Sra. Jessica Brenda Araújo Mota, presidente da comissão de licitação, responsável Fundamentação para a contratação da pessoa jurídica supracitada o qual fundamentado na experiência e a capacidade técnica em diversos processos ligados ao seguimento aqui em discussão e conforme pode ser verificado através da documentação acostada nos autos, assim como a disponibilidade para prestar o serviço junto a Secretaria Municipal de Assistência e Promoção Social de Altamira/PA.



Tenha acesso a todos os canais oficiais da Prefeitura de Altamira apontando a câmera do seu smartphone fazendo a leitura do QRcode

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA - CNPJ: 05.263.116/0001-37
Rua Otaviano Santos, nº. 2288, SUDAM I
CEP: 68.371-288 - Altamira/PA
FONE: (93) 3515-3929

Consta nos autos os **Termos de Autorização** devidamente subscrito pela Secretária Municipal de Assistência e Promoção Social.

1.5 - Da Dotação Orçamentária:

No tocante à dotação orçamentária prevista para a despesa da Secretária Municipal de Assistência e Promoção Social, verifica-se que a mesma foi demonstrada através da resposta de informação, emitida pelos Setores de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Altamira.

Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade orçamentária: Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto atividade:

- 08 122 0029 2.223 - Manutenção do Cepro;*
- 08 244 0033 2.228 - Abrigo dos Idosos;*
- 08 122 0030 2.224 - Manutenção do Atendimento do Creas;*
- 08 241 0029 2.226 - Manutenção do Serviço de Convivência ao Idoso - CCMI;*
- 08 241 0033 2.227 - Manutenção do Conselho Municipal dos Direitos dos Idosos;*
- 08 242 0033 2.231 - Manutenção do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência;*
- 08 244 0029 2.235 - Manutenção do Restaurante Popular;*
- 08 244 0031 2.240 - Manutenção dos Atendimentos do Cras;*
- 08 422 0030 2.242 - Ações de Manut. Do Serv. De Prot. E Atendimento a Família e Indivíduos - PAEFI;*
- 08 422 0031 2.244 - Manutenção do Programa de Atenção Integral a Família - PAIF;*
- 08 422 0031 2.245 - Manutenção do "Programa Criança Feliz"*
- 08 422 0031 2.247 - Manutenção do "Projeto Galileu";*
- 08 422 0031 2.248 - Manutenção do "Projeto Manus";*
- 08 422 0032 2.249 IGD - Programa Auxílio Brasil - (PAB) PBF;*
- 08 752 0029 2.250 - Manutenção do Ecom;*
- 08 244 0030 2.322 - Manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV;*
- 08 122 0029 2.251 - Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência e Promoção Social - SEMAP;*
- 08 122 0029 2.252 - Manutenção do Sine;*
- 08 244 0029 2.303 - Manutenção do Convênio - NESA;*
- 08 122 0032 2.304 - Manutenção do Conselho de Assistência Social;*
- 08 122 0032 2.305 - Programa Social Básico - Cofinanciamento Estado;*
- 08 122 0032 2.306 - Manutenção do Projeto Esperança;*
- 08 243 0029 2.253 - Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;*



Tenha acesso a todos os canais oficiais da Prefeitura de Altamira apontando a câmera do seu smartphone fazendo a leitura do QRcode

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA - CNPJ: 05.263.116/0001-37
Rua Otaviano Santos, nº. 2288, SUDAM I
CEP: 68.371-288 - Altamira/PA
FONE: (93) 3515-3929

08 243 0031 2.256 - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - AEPETI;

08 243 0033 2.257 - Manut. Do Conselho Mun dos Direitos das Crianças e Adolescentes - CMDCA;

08 244 0033 2.302 - Manutenção do Espaço de Acolhimento - COVID

Classificação econômica:

3.3.90.35.00 - Serviços de Consultoria;

3.3.90.39.00 - Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica

Fonte de recurso:

15000000 - Recursos não vinculados de impostos;

16600000 - Transferência de Recurso FNAS;

16650000 - Transf. De Convênio-Outras-Ass.Social;

17090000 - Transferência da União de Recursos Hídricos

1.6 - Da Regularidade Fiscal e Trabalhista:

A comprovação de Regularidade Fiscal e Trabalhista é pré-requisito para celebração de contratos com a Administração Pública. Da análise dos autos, restou comprovado tal requisito visto a presença de Certidões capazes de comprovar Regularidade Fiscal, Trabalhista e Certidão Negativa de Falências e Concordatas do contratado.

1.7 - Da Publicação:

No que concerne à publicação, aponta-se a norma entabulada por meio do Art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93. Igualmente, para fins de complementação e regularização da instrução processual, a contratação direta por inexigibilidade de licitação exige o cumprimento de determinadas formalidades previstas no art. 26 da Lei nº 8.666/93, devendo o gestor promover a RATIFICAÇÃO da inexigibilidade e PUBLICAÇÃO no prazo de 05 dias como condição de eficácia do ato. Vejamos:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III, e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 03 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 05 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

1.8 - Do Prazo de Envio ao Mural dos Jurisdicionados - TCM-PA:

No que diz respeito aos prazos de envio das informações ao Mural dos Jurisdicionados, devem ser observados os prazos estabelecidos no



Tenha acesso a todos os canais oficiais da Prefeitura de Altamira apontando a câmera do seu smartphone fazendo a leitura do QRcode

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA - CNPJ: 05.263.116/0001-37
Rua Otaviano Santos, nº. 2288, SUDAM I
CEP: 68.371-288 - Altamira/PA
FONE: (93) 3515-3929

Artigo 6º da Resolução nº 11.535 TCM/PA, de 01 de julho de 2014, alterada pela Resolução nº 43/2017 de 19 de dezembro de 2017.

2 - DA MANIFESTAÇÃO:

Ante ao exposto, por estar em conformidade com o estabelecido na Lei 8.666/93 e demais legislações pertinentes a matéria, este Controle Interno manifesta-se favoravelmente pelo prosseguimento do feito da contratação da pessoa jurídica **MANOELLA BATALHA DA SILVA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, CNPJ nº 40.691.220/0001-23, caso oportuno e conveniente, devendo o setor responsável promover posteriormente a juntada ao processo, o comprovante de publicação em imprensa oficial do Termo de Ratificação conforme o artigo 26, caput da Lei 8.666/93, bem como do comprovante de publicação do extrato do contrato, conforme artigo 61, parágrafo único da Lei Federal supracitada e Mural dos Jurisdicionados, bem como os prazos para assinatura do contrato e validade das certidões de natureza fiscal e trabalhista.

Segue os autos para a Coordenadoria de Licitações e Contratos para demais procedimentos cabíveis.

É a Manifestação.

Altamira (PA), 24 de janeiro de 2023.

NERILYSSE MENDES TAVARES RODRIGUES

Controladora Geral do Município de Altamira
Decreto nº 1862 de 07/10/2022



Tenha acesso a todos os canais oficiais da Prefeitura de Altamira apontando a câmera do seu smartphone fazendo a leitura do QRcode

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA - CNPJ: 05.263.116/0001-37
Rua Otaviano Santos, nº. 2288, SUDAM I
CEP: 68.371-288 - Altamira/PA
FONE: (93) 3515-3929